



MEMÓRIAS DO TURISMO NO *SERGIPE JORNAL* (1964-1965)

JANAINA CARDOSO DE MELLO*

Introdução

Os estudos sobre o turismo em Sergipe na década de 1960, principalmente no que diz respeito ao período político da ditadura civil-militar, são muito escassos, contando com algumas referências rápidas em artigos ou relatos de pesquisa cujas informações afluem mais a partir da década de 1970, quando ocorre a criação da Empresa Sergipana de Turismo (Emsetur).

Autores como Daniel Aarão Reis (2005) concebem esse contexto iniciado em fins de março e 1º de abril de 1964 como um movimento “civil-militar” que derrubou o presidente João Goulart encerrando a experiência democrática iniciada em 1945 com o fim do Estado Novo.

A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) seria criada em 1966 enquanto a EMSETUR só seria criada em 1971, através da Lei Estadual n. 1.721 de 09 de dezembro, com um hiato de cinco anos. Nos anos de 1960, de acordo com Joab Silva e Cristiane Santos:

[...] as distintas esferas de governos e o capital privado, dentro da política dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) começam a investir no espaço aracajuano. Entre os vários estabelecimentos industriais localizados na cidade que influenciaram no crescimento urbano e social, podemos citar: a transferência da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S. A) e suas afiliadas para Aracaju em 1964; a criação da primeira fábrica de cimento em Aracaju no ano de 1967 e a instalação do Distrito Industrial de Aracaju em 1971 (SILVA; SANTOS, 2015:193).

Esse viés econômico desencadeia no setor governamental municipal e estadual a preocupação com a regulamentação da área turística, tendo como premissa as potencialidades econômicas advindas do setor fabril e petroleiro. O desenvolvimento da economia era uma das bases fundamentais dos militares que haviam assumido o poder em 1964.

Entretanto, Sergipe sempre se caracterizou como um estado com diversas riquezas naturais e culturais, desde as praias dos litorais norte e sul até os folgedos e casarios coloniais de São Cristóvão e oitocentistas de Laranjeiras. Esses atrativos impregnaram os jornais sergipanos em meados de 1960, principalmente após a deposição e prisão do governador Seixas Dória, encaminhado para o 19º BC em Salvador em 12 de abril de 1964. Era importante manter a aparência de normalidade da vida cotidiana, mostrar que a alteração dos destinos políticos do país não provocara nenhum impacto profundo na vida dos cidadãos e

* Universidade Federal de Sergipe (UFS); Doutora em História (UFRJ), Mestranda em Turismo (IFS).

para isso a mídia foi o principal veículo na forja de uma legitimidade necessária aos arautos dos novos tempos. Para Maria José de Rezende:

a pretensão de legitimidade da ditadura é tomada aqui como algo que ia além da tentativa de se conseguir obediência para um determinado sistema de poder. Ela significava um processo muito mais complexo do que isto, na medida em que se procurava construir, de maneira contínua, uma determinada ordem, em que todos aderissem, nos âmbitos objetivo e subjetivo, a uma dada forma de organização social (REZENDE, 2001:31).

O *Sergipe Jornal*, um diário matutino publicado em Aracaju, sob a direção de José Carlos Teixeira, cuja redação estava situada na Av. Rio Branco, número 22, e seus exemplares avulsos eram vendidos por Cr\$ 60,00, trouxe nos anos de 1964 e 1965 uma coluna dedicada ao Turismo inicialmente escrita por Alencar Filho.

A biografia do colunista revela seu trânsito como intelectual por inúmeras áreas do saber, sobretudo, sua profunda vinculação com a cultura. Clodoaldo de Alencar Filho foi poeta, jornalista, teatrólogo e professor universitário. Nasceu no município de Estância (SE) em 1912, graduou-se em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), tornando-se mais tarde membro da Academia Sergipana de Letras e Reitor da universidade que o formara. Em sua gestão foram criados os cursos de bacharelado em Informática, Engenharia Agrônômica, Psicologia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Jornalismo, Artes e Educação. Foi ainda responsável pela criação do Núcleo de Assuntos Internacionais e pela transferência do Hospital de Cirurgia para o Hospital Universitário. Seu envolvimento com o turismo provém ainda do exercício de seu cargo como diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Aracaju.

Alan Riding (2012) ao escrever o livro “Paris: a festa continuou” sobre o cotidiano cultural da cidade durante a ocupação nazista, trouxe à figura do *intellectual engagé* questões importantes como: qual o comportamento de artistas e escritores durante a tirania? De que modo as figuras conhecidas do cenário cultural haviam enfrentado o momento político mais difícil da cidade no século XX? A vida cultural havia continuado a florescer mesmo na ausência de liberdade política? Trabalhar durante esse período era o mesmo que colaboração? Com essa inspiração, o trabalho pretende enviesar por essas indagações para analisar a relação “mídia-turismo-cultura-política” nos anos 1964 e 1965 em Sergipe, através do veículo de imprensa responsável pela construção de uma determinada memória: o *Sergipe Jornal*.

Anthony Veal (2011) afirmou que “uma das principais contribuições das análises históricas é demonstrar o uso de dados secundários, como diários, reportagens de jornais, registros e relatórios oficiais” para a pesquisa em Lazer e Turismo.

Assim, essa pesquisa foi realizada na hemeroteca do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), usando-se uma metodologia qualitativa guiada pelo cotejamento de periódicos com bibliografia pertinente ao tema para uma análise crítica de conteúdo.

A coluna Turismo no *Sergipe Jornal* (1964-1965)

As manchetes de capa do *Sergipe Jornal*, entre 1964 e 1965, traziam estampados os passos do golpe civil-militar, assim, eram noticiados a expedição do “Ato Institucional n.1”, que proibia manifestações políticas, ao lado da divulgação do IV Salão de Arte Infantil no Clube do Trabalhador promovido pelo departamento regional do Sesi¹; a vontade do presidente de mudar o texto constitucional ao lado da chamada para a apresentação do Conjunto de Câmara na Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS)², na contradição entre a marcha contra os direitos cidadãos e a “pretensa” normalidade cultural. Era vida que seguia nas páginas dos jornais da época.

A coluna Turismo publicada esporadicamente no *Sergipe Jornal* dividia espaço com outros informativos sobre a cultura no estado e no Brasil. Os filmes internacionais que faziam sua estréia nos cinemas Rio Branco, Palace e Vitória, as notícias literárias e artísticas, as festas religiosas dos interiores, concurso de Miss Sergipe, a cultura popular sergipana em coluna semanal da pesquisadora Aglaé Fontes, dentre outros.

¹ *Sergipe Jornal*, outubro de 1965.

² *Sergipe Jornal*, outubro de 1965.



Figuras 1 e 2: Sergipe Jornal com detalhe da coluna Turismo de Alencar Filho.
Fonte: Sergipe Joirnal, 15/12/1964

De modo coloquial, Alencar Filho, trazia provocações como a indagação “E Aracaju tem alguma coisa para mostrar?” a qual responde ressaltando que para o residente a localidade teria um aspecto comum, todavia, poderia ser distinta essa percepção aos olhos dos turistas caso houvessem Políticas Públicas para destacar as atrações turísticas da capital como o Morro do Urubu com seu panorama da cidade, a praia de Atalaia Velha distante à apenas 10 minutos do centro, o Morro da Piçarra que poderia ter um restaurante e uma boate, a tranquilidade e beleza da Atalaia Nova, além das feiras natalinas, a celebração do Bom Jesus dos Navegantes, o São João, os Jogos de Primavera, as danças populares, propondo a elaboração de um calendário turístico para o Reisado, o Guerreiro, a Chegança, o Pastoril, além de festivais de teatros e a valorização da arte regional. Além de Aracaju, chama a atenção para as cidades históricas de São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim e Santo Amaro. De acordo com o colunista: “falta que se compreenda, de uma vez por todas, que turismo é uma indústria rendosa e que beneficiará o erário, a iniciativa particular, o povo e a cultura”.³

Observa-se através da coluna Turismo o posicionamento político desse intelectual sergipano que por meio da imprensa da época interfere nos pensamentos e debates sobre o turismo, sugere caminhos para o setor, formando opiniões, apontando problemas genéricos e propondo soluções. Não produz um discurso sobre a realidade imediata, sobre o que a atual

³ Sergipe Jornal, dezembro de 1964.

gestão faz ou deixou de fazer no campo do turismo, mas é antes de tudo uma fala propositiva, de futuro, assim evita críticas claras e contundentes.

Ainda em 18 de dezembro de 1964, outro exemplar do mesmo periódico, trazia mais uma coluna de “Turismo”, escrita por Alencar Filho, na qual transcreve uma carta recebida pela agência de turismo Monark:

Prezado sr. Lemos com grande interesse os artigos de sua autoria, publicados nas edições de 12 e 15 do corrente, do Sergipe-Jornal, sobre turismo em Sergipe, nos quais V. S. sugere o apoio do poder público para a criação de uma agência ou companhia particular de turismo ao mesmo tempo em que tece considerações sobre as grandes possibilidades turísticas desta capital e mesmo do interior do Estado. Queremos informar ao prezado jornalista patricio que esta agência já existe, ou melhor, a sua instalação já se encontra quase concluída, - a Agência Monark de Turismo e Passagens Ltda – com sede à rua João Pessoa, nº 256 – 1º andar. Trata-se de uma tentativa bem planejada, de incentivar o turismo em Sergipe e o intercâmbio turístico entre nosso Estado e outras unidades da Federação.⁴

O desenvolvimento do turismo no estado continua nas páginas do *Sergipe Jornal* de 30 de dezembro de 1964 com a chamada “Ibura – Ponto Turístico de Expressão terá piscina: construção em andamento” informando sobre o horto florestal que atrai semanalmente caravanas de visitantes, cujo empreendimento estava sendo liderado por Roberto Costa Barros de departamentos federais como o DNOCS, DNERU, DNOS e DER.⁵

Uma nota no exemplar do *Sergipe Jornal*, de 21/07/1965, na coluna “Aqui, ali, acolá...” traz a notícia do investimento de 500 milhões para o turismo em Minas Gerais, aprovado pelo Governador Magalhães Pinto, referente ao “crédito especial aberto pela lei n.3.324, para a execução do esquema de política turística”, ensejando a viabilização de estradas e hotéis.⁶ Ainda em agosto do corrente ano, J. Correa assina uma matéria sobre “Turistas em viagem aérea”, no *Sergipe Jornal*.⁷

O conceito de “Política Nacional de Turismo” foi proposto pela primeira vez, no Brasil, pelo Decreto Lei n.55, de 18 de novembro de 1966, no âmbito da ditadura civil-militar. Apontava para a criação de órgãos oficiais como a EMBRATUR e o CNTur que deveriam coordenar a referida política (ARAUJO; TASCHNER, 2012:78-79). O decreto articulava-se ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), 1964/1966, sob a presidência de Castello Branco, tendo como norte o artigo 3º ao afirmar que: “O Poder Público atuará, através de

⁴ *Sergipe Jornal*, dezembro de 1964.

⁵ *Sergipe Jornal*, dezembro de 1964.

⁶ *Sergipe Jornal*, julho de 1965, nº 14.648.

⁷ *Sergipe Jornal*, agosto de 1965.

financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar, para as distintas regiões turísticas do país, as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento desse empreendimento” (Idem: 79). Ou seja, Alencar, embora não usasse o termo “Políticas Públicas”, em sua coluna, já apregoava a necessidade de ações governamentais – na figura da prefeitura de Aracaju e do governo do estado de Sergipe – que pudessem dinamizar o turismo tendo em vista sua diversidade natural (praias, paisagens, florestas) quanto relacionada ao patrimônio cultural (material e imaterial).

Mary Nadja Lima Santos (2013:148) afiançou que as primeiras iniciativas no âmbito das políticas de turismo, nas décadas de 1960 e 1970, ao serem utilizados em hotéis de luxo terminaram por sofrer os efeitos de uma aplicação milionária com dificuldade de retorno dos rendimentos devido às baixas taxas de ocupação, além do abismo entre essas estruturas e as comunidades pobres do entorno.

Na década de 60, após a formalização da ditadura civil-militar, chegou ao Brasil o Inspetor Michel Parent, em 1966 para uma estadia até 1967, com o propósito de verificar as potencialidades brasileiras no âmbito do Programa de “Turismo Cultural” da UNESCO. De acordo com Claudia Baeta Leal:

Sua visita ao Brasil originou o relatório “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico” [...], grande importância tanto no âmbito da preservação do patrimônio cultural brasileiro quanto entre os demais consultores da Unesco que o seguiram em visitas ao Brasil e na elaboração de propostas para a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual Iphan, no que diz respeito à proteção das cidades brasileiras (LEAL, 2012:133).

A visita de Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, percorreu 35 cidades com início na região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo), seguindo pelo Nordeste (Salvador, Cachoeira, Olinda, Igaraçu e Recife), a costa norte (São Luís, Alcântara e Belém), a região central (Brasília, Goiás, Ouro Preto, Sabará, Mariana, Congonhas do Campo, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina e Belo Horizonte) e Sul (Paranaguá, Vila Velha, Foz do Iguaçu e São Miguel) (Idem:135-136). A aliança entre o patrimônio cultural e o turismo aparece alinhavada no discurso de Parent:

O turismo pode, com certeza, constituir uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional e fornecer um alibi econômico aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvaguardar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível (PARENT, M. p.46 apud LEAL, 2012: 137).

A década de 1960 tinha aberto um portal de ouro para as discussões internacionais nas reuniões sobre a preservação do patrimônio cultural inserindo o turismo como uma importante atividade de promoção e sustento deste. Por isso, em 1962, há a inclusão de órgãos responsáveis pelo fomento ao turismo nos Estados Membros, envoltos com a proteção de paisagens e sítios, firmando a *Recomendação de Paris*. Enquanto em 1966, em Budapeste, a 72ª Reunião do Conselho da UNESCO adotou a “preservação dos monumentos e outros bens culturais em sua relação com o desenvolvimento com o turismo” como ordem do dia (Idem:138).

Mas foram as *Normas de Quito*, de 1967, elaboradas na reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico da UNESCO que enfatizaram a busca por uma política de planejamento urbano que valorizasse o patrimônio, pensando os monumentos como recursos econômicos e “os monumentos em função do Turismo” (CURY, 2000).

Apesar de Sergipe não ter sido parte do itinerário de Michel Parent, em 1966, o estado atraiu muitos outros visitantes à sua geografia como mostra o próprio *Sergipe Jornal*, entre 1964 e 1965. No plano político, em Aracaju Carlos Lacerda⁸, Castelo Branco⁹ e Costa e Silva¹⁰ desembarcaram no aeroporto de Santa Maria, recebendo uma grande cobertura, durante dias do *Sergipe Jornal*, cuja narrativa evidenciava o conservadorismo de seu posicionamento. À exaltação dos condutores de uma política repressora compartilhava desse céu estrelado uma profusão cultural em movimento nas artes, na literatura, no teatro, na dança e no pensamento da revitalização de instituições como o Museu Histórico situado em São Cristóvão.

Assim, no plano cultural Geonísio Curvello de Mendonça é destaque na notícia intitulada “Positivista sergipano veio rever sua terra!”, com tons de ufanismo pelo ex-diretor geral dos Correios e Telégrafos da Guanabara, nascido em Laranjeiras, conferencista sobre a doutrina de Auguste Comte.¹¹ Também foram dignos nota de primeiras páginas o “Conclave dos Tropicalistas”, reunindo médicos sergipanos e baianos no Hotel Pálace, em Aracaju e a vinda dos bailarinos Yvone Meyer e Ivan Dragadze – convidados ao Brasil para as

⁸ *Sergipe Jornal*, outubro de 1964.

⁹ *Sergipe Jornal*, dezembro de 1964.

¹⁰ *Sergipe Jornal*, dezembro de 1964.

¹¹ *Sergipe Jornal*, maio de 1965.

comemorações artísticas do IV Centenário do Rio de Janeiro – para um recital em Aracaju promovido pela Sociedade de Cultura de Sergipe.¹² Conforme ressaltou Marcos Santana de Souza (2008:7):

A imprensa ocupou um papel preponderante na mobilização em torno de um sentimento de “receptividade” em relação ao Golpe de 1964. Mas, é certo que sua função não se limitou apenas a esse período, mas esteve presente em toda a Ditadura sob formas várias, como portadora de discursos diferentes.

Poucos escritos trazidos no *Sergipe Jornal* desse período destoavam dessa premissa, como uma matéria que falava do “estado agonizante” do Instituto Histórico (clamando por verbas e atenção do poder público) ou as crônicas de Hunald Alencar que traziam críticas à apatia de algumas associações culturais do período, mas não relacionavam essa situação de crise econômica ou da intelectualidade artística ao processo político desencadeado em abril de 1964.

Do mesmo modo, o turismo em Sergipe era tratado em sua “expectativa vindoura de desenvolvimento econômico” sob o prisma do incentivo dos empresários, direcionado para um movimento de massa cujos atrativos, embora diversificados (fugindo à retórica somente de sol e praia), terminavam sem um planejamento adequado para investimento estrutural em hospitalidade, transportes, geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos residentes, principalmente das cidades históricas. Aliás, a discussão das questões patrimoniais era debatida em outra esfera e somente a partir da década de 1970 ganha maior representatividade com a criação do Conselho Estadual de Cultura. Não havia de fato uma eficácia, na primeira metade da década de 1960, que efetivasse as cidades históricas sergipanas como destino turístico com oferta de serviços, infra-estrutura e roteirização integrada. Mas havia propostas, sentimentos que orbitavam a coluna de Alencar Filho no *Sergipe Jornal*. Por longas décadas as cidades históricas citadas na coluna permaneceriam sem uma rede eficiente de transporte, hospedagem e alimentação no receptivo turístico.

Clodoaldo Alencar Filho provinha de uma família onde o patriarca era o poeta, advogado provisionado e jornalista Clodoaldo de Alencar, nascido em Orós (Ceará), que havia vindo para Sergipe em razão da vinculação política com Gracho Cardoso, em 1922. Filho de Eurydice e neto materno do médico Jessé Fontes, na família Alencar o *status* político e econômico direcionaria a inserção social dos descendentes. E assim foi com seus irmãos:

¹² *Sergipe Jornal*, maio de 1965.

Luiz Carlos Fontes de Alencar, formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que assumiu o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça em 1989; Leonardo Alencar, pintor que em 1961, realizou sua segunda exposição, na Escola Nacional de Belas-Artes no Rio de Janeiro e Hunald Fontes de Alencar, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, letrista e compositor de música popular, premiado em vários festivais, jornalista, poeta e teatrólogo Membro da Academia Sergipana de Letras e autor de várias obras.¹³

Sua trajetória familiar, aliada ao conservadorismo político do Nordeste e especificamente da sociedade sergipana da década de 60 do século XX, não fez de Alencar Filho um rebelde, propositor de resistência ao governo imposto, ao contrário, tornou-se um intelectual do estado, a serviço das instituições e dentre elas, o Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Aracaju. Assim, “por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, 2001, C 1, § 43: 37).

Fazia parte da construção do ideário de uma vida cultural que continuava a florescer enquanto o governador sergipano estava nos cárceres da ditadura civil militar. Entretanto, ao mesmo tempo em que colaborava com o regime, instrumentalizando suas engrenagens com seus conhecimentos configurando a visão gramsciana de “intelectual funcionário da superestrutura” tradicional, burguesa e independente das classes sociais em luta, também atuava como um mediador cultural, realizando a interlocução entre as ideias, a gestão e a sociedade civil que consumia as notícias midiáticas.

Considerações Finais

Distante da visão do heroísmo da resistência, da guerrilha, inúmeras vezes resultando em martírio ou torturas incomensuráveis, no processo de adesão (fosse por convicção ou oportunismo) ao ideário do regime civil-militar brasileiro, os intelectuais sergipanos adotaram variadas posturas no período, durante o qual teatros, cinemas e salas de concerto continuaram mantendo a aparência de sociabilidade e harmonia.

¹³ Cf. http://bainosilustres.blogspot.com.br/2015/05/67-familia-alencar_29.html, Acesso em: 23/02/2017.

Entre a zona de sombra de uns e outros, na atmosfera instável daqueles anos, em que cada gesto ou palavra poderia ter consequências sérias, muitos fizeram suas escolhas baseadas em tradições de origem e formação.

Alencar Filho e sua coluna no *Sergipe Jornal* dos primeiros anos do regime ditatorial demonstram não somente a adesão ao “novo estado das coisas”, mantendo cargos, prestígios e segurança pessoal, mas contraditoriamente também representou o processo de construção de uma memória pouco registrada, acionada e revivificada sobre o turismo em Sergipe no início dos anos de 1960.

Sem seus escritos, crônicas de um cotidiano de incertezas, que revelam uma burocracia governamental sem planejamento, conhecimento técnico e consistência nas suas ações de desenvolvimento econômico nos primeiros anos do regime civil-militar, provavelmente a história do turismo em Sergipe só teria sido registrada a partir da década de 1970 com a criação da EMSETUR. Por isso, sua coluna é importante e mais, nos traz uma visão diferenciada do turismo, onde a cultura popular, a paisagem, os recursos naturais (para além de sol e mar) são enfatizados como potencialidades para a área.

Referências

ARAÚJO, Cíntia Möller; TASCHNER, Gisela. Turismo e políticas públicas. In: BENI, Mario Carlos (Org.) *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. Barueri, SP: Manole, 2012.

CURY, Isabelle (Org.) *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. As Missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural. Políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. MauadX/FAPERJ, 2012.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: EDUEL, 2001.

RIDING, Alan. *Paris: a festa continuou. A vida cultural durante a ocupação nazista, 1940-4*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTOS, Mary Nadja Lima. *Políticas públicas de turismo e os investimentos no território do Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2013.

SILVA, Joab Almeida; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Análise da competitividade do turismo no município de Aracaju. *Revista Turismo Contemporâneo – RTC*, Natal, v. 3, n. 2, p. 188-210, jul./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/bom%20dia/Downloads/6887-22858-1-PB.pdf>, Acesso em: 20/01/2017.

SOUZA, Marcos Santana de. Em tempos de terror e otimismo: o discurso autoritário na imprensa de Sergipe (1964-74). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 5, Ano V, nº 3, Julho/ Agosto/ Setembro de 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_15_MARCO_SANTANA_DE_SOUZA_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf, Acesso em: 22/01/2017.

VEAL, A. J. *Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo*. São Paulo: Aleph, 2011.